



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de Independência / RS	CNPJ:	87.612.826/0001-90
Endereço:	RUA SENADOR PINHEIRO	Complemento:	
Bairro:	CENTRO	CEP:	98915-000
Telefone:	(055) 3539-1474	Fax:	
		E-mail:	peessoal@independencia.rs.gov.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	GILBERTO MARASCA	CPF:	262.370.670-00
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	
E-mail:	peessoal@independencia.rs.gov.br	Data Início de Gestão:	

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome:	FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO	CNPJ:	12.091.144/0001-80
Endereço:	RUA SENADOR PINHEIRO	Complemento:	
Bairro:	CENTRO	CEP:	98915-000
Telefone:	(055) 3539-1474	Fax:	
		E-mail:	peessoal@independencia.rs.gov.br

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	OLGA ROST	CPF:	278.285.900-59	Data Início de Gestão:	03/07/2013
Cargo:	Presidente	Complemento do Cargo:			
Telefone:	(055) 3539-1474	Fax:		E-mail:	peessoal@independencia.rs.gov.br

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome:	SUSANA KOPPER	CPF:	512.642.000-30	Data Início de Gestão:	01/01/2010
Cargo:	Gestor	Complemento do Cargo:			
Telefone:	(055) 3539-1295	Fax:		E-mail:	suskopper@hotmail.com
Entidade Certificadora:	ANBIMA			Validade Certificação:	24/01/2016

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	SUSANA KOPPER	CPF:	512.642.000-30
Telefone:	(055) 3539-1295	Fax:	
Data de envio:	05/01/2015	E-mail:	suskopper@hotmail.com

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2015

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: SUSANA KOPPER

CPF: 512.642.000-30

Data da Elaboração: 12/12/2014

Data da ata de aprovação: 30/01/2015

Órgão superior competente: CONSELHO MUNICIPAL DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE NDEPENDENCIA

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: INPC

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico (X) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	40,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	10,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	15,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	10,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	5,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	0,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	5,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	5,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
Total		100,00

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

Grande parte dos empresários e economistas tem chegado a uma conclusão comum: 2015 não será um bom ano para a economia brasileira. Os sinais são de dois tipos: profissional, por parte de investidores, economistas, empresários, etc.; e populacional, visto que quem sente os efeitos mais severos do mau momento econômico é o povo. O consumo das famílias vive um momento de desaceleração, tanto pelo fim dos programas de incentivo ao consumo quanto pela menor oferta de crédito. Provém daí parte da insatisfação que gera os protestos iniciados no ano passado e endossados pelo início da Copa do Mundo. Isso acontece porque temos uma população até então acostumada a deter o poder de consumo que fazia girar a economia do país.

Isso, aliado à retração da indústria, à inflação e à baixa taxa de investimentos, criou um cenário de crescimento pequeno. Em 2013, por exemplo, o Brasil cresceu 2,5%. Média menor do que a apresentada pelo mundo (3%), pelos países emergentes (4,7%) e pela própria América Latina (2,7%). Não obstante, as projeções do último Boletim Focus, divulgado no dia 8 de dezembro, apontam que o Brasil vai crescer 0,18% em 2014. Esse resultado é menor dos últimos 20 anos, uma vez que a média de crescimento dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) foi de 2,3% e dos dois mandatos de Lula (2002-2010) 4%.

Para o próximo ano, a projeção do Focus é de 0,73%. Assim, é possível ver que o ano que vem sofrerá com condições piores que as vividas atualmente. Por quê? Podemos analisar, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre deste ano: o crescimento foi de 0,2% em comparação com o trimestre anterior. Não foi um bom resultado, visto que ficou clara não apenas a retração do consumo das famílias (0,1%), como a queda de 0,8% da indústria, além do negativo desempenho dos investimentos (-2,1%).

O cenário geral apresentado acima é, sem sombras de dúvidas, preocupante. Sobretudo quando colocamos em análise um dos principais problemas no Brasil atualmente: a inflação.

A inflação fechou 2013 em 5,9%, bem acima da meta de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional de 4,5% e acima também da “meta informal” do Banco Central (BC), que foi de 5,84%. Em maio, a inflação (em 12 meses) foi de 6,4%, e, segundo o último relatório Focus, deve encerrar o ano em 6,38%, no topo do intervalo de tolerância.

A inflação brasileira é dividida em preços livres e administrados. Livres são aqueles regulados pelo próprio mercado, como os ligados aos produtos de alimentação, por exemplo. Estes têm um peso próximo de 75% no PIB. Já os preços administrados, como gasolina, energia, água e esgoto, transporte público, etc., têm peso próximo de 25%. Esse peso de preços administrados é grande, segundo vários economistas, especialmente quando o governo exerce tanto controle sobre determinados produtos, como ocorreu em 2013 (leia-se tarifas de ônibus, motivo “principal” dos protestos de junho do ano passado, e o preço da gasolina, entre outros).

Esse controle fez com que a inflação dos administrados fosse de “apenas” 1,5%, enquanto a inflação dos livres ficou acima de 7%. A título de comparação, em 2012, a inflação dos administrados foi de 3,7%, e dos livres foi de 6,6%. À primeira vista, esse controle parece benéfico. Contudo, a redução drástica do preço de alguns produtos, como aconteceu com a energia elétrica, cria uma bola de neve que irá estourar no futuro, pois cria dívidas que serão pagas pelo povo. No caso, tudo indica essa bola estourará no ano que vem.

Um dado preocupante relativo à inflação é a falta de confiança sobre o BC conseguir convergir a inflação para a meta, que é de 4,5%.

E a falta de confiança no Banco Central, conseqüentemente, desconfiança do mercado brasileiro, cria um ambiente impróprio para investimentos, que devem fechar o ano no negativo, em função, entre outros fatores, da queda de confiança dos empresários. Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam que o índice de confiança empresarial caiu 4,9% em maio, em comparação com o mês anterior. Esse foi o maior recuo desde o final de 2008. Os índices da situação atual, das expectativas também caíram: 3,9%, 4,9% e 3,3%, respectivamente.

A falta de confiança faz, conseqüentemente, com que a taxa de investimentos seja menor. Isto é, sem investimentos, sem melhorias. Em comparação com outros países da América Latina, por exemplo, o Brasil está muito abaixo quando o assunto são investimentos. Em 2013, a taxa de investimentos foi de aproximadamente 18% do PIB. Em contrapartida, o mundo investiu 24,5%, os países emergentes 32,2% e a América Latina 21,3%. Países como Chile (24%), Colômbia (24,2%), México (22,2%) e Peru (27,6%), têm níveis bastante superiores aos brasileiros.

Isso tudo resulta no chamado Custo Brasil — um conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas, que encarecem o investimento no Brasil. Esse é também um dos fatores responsáveis que comprometem a competitividade e a eficiência da indústria nacional, dificultando o comércio exterior. Mas não apenas.

A política protecionista do governo gera efeitos negativos, já que torna as empresas menos competitivas e eficientes, além de provocar distorções na economia e gastos públicos desnecessários. A título de esclarecimento, temos os seguintes dados: os gastos do governo brasileiro, em relação ao PIB, ficam na casa dos 19%, enquanto os investimentos estão em 1,3%.

No ano passado, a agência de classificação de risco Moody's rebaixou a perspectiva do rating soberano do Brasil de positiva para estável. Isso aconteceu devido aos seguintes fatores:

1. Elevada e crescente dívida bruta do setor público;
2. O crescimento baixo e prolongado, incluindo-se as projeções;
3. Queda da taxa de investimento;
4. A piora na qualidade dos relatórios das contas públicas;
5. Os recorrentes empréstimos do Tesouro aos bancos públicos.

Em abril deste ano, a agência S&P rebaixou o rating da dívida de longo prazo em moeda estrangeira de BBB para BBB-. Se-gundo o economista, para a agência, esse rebaixamento foi fruto da condução da política fiscal (com a chamada “contabilidade criativa”); expectativa de baixo crescimento nos próximos anos; dificuldade de cumprimento da meta primária de 2014; e piora das contas externas. Ou seja, diante da deterioração das contas fiscais, baixa credibilidade da política econômica, dificuldade que o governo terá para melhorar os números neste ano, por ser ano eleitoral, e diante do baixo crescimento da economia, a agência tomou essa atitude.

Objetivos da gestão

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS deverão ser aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a., observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos atuariais.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

É importante ressaltar que, seja qual for a alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas.

Desta forma, o RPPS deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco. E, de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de rebalancear sua carteira de investimento. As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras. Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos. As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

Na política de investimentos para 2015, não há previsão para contratação de serviço de administração de carteiras de renda fixa ou variável.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

São avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos do FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA, relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação.

Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos. Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e de Administração e demais órgãos fiscalizadores.

Caberá ao comitê de investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos. As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisbex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rodas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central.

O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

Risco de Mercado – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas.

Risco de Liquidez - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

O RPPS adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo não paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Os limites estabelecidos são:

- Segmento de Renda Fixa: 4,5% (quatro e meio por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento.

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 180 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de um estudo que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

Observações

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo. Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM. A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	262.370.670-00 - GILBERTO MARASCA	Data: __/__/__	Assinatura:
Representante Legal da Unidade Gestora:	278.285.900-59 - OLGA ROST	Data: __/__/__	Assinatura:
Gestor de Recurso RPPS:	512.642.000-30 - SUSANA KOPPER	Data: __/__/__	Assinatura:
Responsável:	512.642.000-30 - SUSANA KOPPER	Data: __/__/__	Assinatura: